



Junta de Freguesia de Fiães

Reunião Ordinária de 20-07-2022

Ata nº 15

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 14-07-2022

Operações Orçamentais	73.759,91€
Operações de Tesouraria	686.103,80€
Documentos	0,00€

Início da reunião: 14:30 horas

Esta reunião foi secretariada por Soraia de Fátima Vaz Domingues, Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara deu início à reunião cumprimentando os Vereadores presentes, Presidente da Junta de Freguesia de Fiães e o público. Disse que aproveitava a visita a Fiães para felicitar o Presidente de Junta pelo trabalho que tem realizado ao longo destes meses, em prol da comunidade de Fiães, o qual está certo que continuará ao longo do mandato, com todo o apoio do Executivo Municipal, que dentro das possibilidades, de tudo fará para ajudar.

Deu nota, uma vez que se encontrava em Fiães, que está encetado um processo que rapidamente se resolverá, de assinatura de um protocolo com a Junta de Freguesia de cedência da Escola Primária da Adedela, para a Junta lhe dar um uso que dignifique o edifício.

Prosseguiu para informar que a Melsport continua com uma atividade intensa. Esteve a estagiar a equipa da Casa Pia e neste momento e até ao final da semana, encontra-se também em estágio a equipa do futebol clube do Porto, a equipa de sub 23 futebol clube do Porto B.

Comunicou ainda que esta semana surgiram boas notícias para a região, fruto de pressões exercidas quer pelos Municípios, quer pela CIM Alto Minho, pelo que é com imenso regozijo que percebemos no acordo de parceria assinado pela União Europeia e Portugal para estabelecer um novo quadro comunitário e 23 /30, foram excecionados os investimentos no âmbito das rodovias de fronteira. É sem dúvida, uma oportunidade para Melgaço e com certeza uma razão de confiança no futuro e no investimento que possa vir para o nosso território.

Prosseguiu informando que também na área da saúde, depois do trabalho feito desde o início do mandato enquanto Presidente da CIM Alto Minho, no sentido de pressionar para que os Municípios possam ser atores principais na recuperação dos Centros de Saúde de cada um dos nossos Municípios é muito importante perceber que isso foi considerado e foi anunciado como medida, pela Ministra Ana Abrunhosa, Ministra da Coesão e do Território. Deu ainda nota, que haverá dinheiro no PRR para a construção de novos Centros de Saúde e para a requalificação dos existentes. Aproveitou para anunciar, que no próximo dia 4 de agosto, na presença do Secretário de Estado da Saúde será assinado, em Viana do Castelo, com a ULSAM e a ARSNorte, um protocolo com todos os Municípios, que lhes permitirá fazerem o que consideram fundamental para o bom funcionamento das unidades de saúde.

O Presidente da Câmara proferiu ainda um alerta a todos os cidadãos de Melgaço da necessidade de termos um comportamento relativo aos consumos de água, absolutamente responsável, pelo próximo período quando falamos do próximo período, falamos deste mês de julho que quase termina, mês de agosto e mês de setembro. Todos nós já percebemos no Alto Minho e o nosso concelho que se aproxima um período muito, muito grave no que diz respeito a consumos e no que diz respeito ao abastecimento de água. Portanto, em forma de apelo aos nossos concidadãos, peço-lhes para fazerem uma gestão rigorosa da água, seja ela para consumo próprio, consumo agrícola, como para utilização naquilo que pode ser uma atividade recreativa, como por exemplo as piscinas. É preciso realmente uma consciência apurada para um consumo racional, pois já neste momento, temos alguns dos nossos sistemas com dificuldades no abastecimento. Não há roturas ainda, mas há dificuldades, perante essas dificuldades, nós temos que agir para que não haja situações mais graves nos próximos meses.



O Presidente fez também um apelo em matéria de incêndios florestais para que todos os cidadãos do Município tenham consciência de que a proteção civil e a defesa da floresta, é também a defesa das nossas casas. É função de cada um de nós, é responsabilidade de cada um, procurando fazer aquilo que está ao seu alcance, procurando alertar as autoridades para aquilo que possam ser movimentos suspeitos em relação à floresta e procurando também colaborar na hora em que é necessário fazer intervenção de controlo de incêndios.

Por último, no seguimento de questões suscitadas pelos Vereadores informou sobre alguns dados relativos ao funcionamento do nosso BUPI. Realçou que o se pretende deste balcão é fazer um atendimento altamente qualificado aos concidadãos, de forma a que, quando o procurem para resolverem as situações de identificação de terrenos, essa georreferenciação seja feita com a máxima cautela, com a máxima qualidade, contrariamente ao que acontece em muitos outros balcões, em que essa identificação é feita num gabinete. Em Melgaço sempre que se verifica uma situação duvidosa a equipa desloca-se ao terreno. Afirmou, que esse trabalho está a dar bons resultados, um trabalho como já foi dito aos Vereadores em reuniões anteriores, tem sido reconhecido como de grande qualidade pelas entidades que se relacionam diretamente com o BUPI. Neste momento, está-se a operacionalizar a contratualização de um outro recurso humano, com financiamento, para que possa deslocar-se às freguesias. Em relação aos números, desde novembro 2021 até esta data, foram georreferenciadas 1765 matrizes, ainda não foi alcançado o objetivo pretendido, mas estamos a trabalhar por forma a acelerada para o atingir com qualidade.

Interveio o Vereador José Rodrigo, começando por cumprimentar a o Presidente da Câmara, os Vereadores, a equipa de Secretariado, o Senhor Presidente da Junta e o público.

Começou por confirmar a satisfação pelas notícias relatadas pelo Senhor Presidente, são sem dúvida boas notícias. Congratulou o Presidente da Câmara pela sensibilização quer no âmbito do consumo de água, quer na luta contra os incêndios. Efetivamente, atravessamos um período muito crítico e não sabemos de facto quando termina pelo que a prevenção é o nosso maior aliado.

Prosseguiu a intervenção para se referir à visita do Senhor Presidente do Conselho Executivo da ANACOM, no passado dia 8, o senhor doutor João Matos. Mais uma vez foi sensibilizado pelo Senhor Presidente, da necessidade urgente de resolver os vários problemas que existem nas nossas freguesias ao nível das redes fixas e móveis, bem como também a dificuldade do sinal de televisão digital terrestre. O Sr. Doutor João de Matos, fez um estudo ou pelo menos participou num estudo sobre nosso Concelho, mas segundo a minha interpretação, limitou-se a apresentar dados estatísticos, não estabelecendo aquilo que com certeza, muita gente esperava, saber, em que em termos de prazos o que é que poderia ser consolidado. Embora o Senhor Presidente da Câmara, nos tenha posto ao corrente de todas as situações, considera-se que estando no território uma figura da ANACOM, deveria ter sido feita uma verdadeira contextualização sobre a calendarização dos trabalhos realizados e a realizar.

Solicitou a palavra o Vereador Manuel Fernandes, começou por cumprimentar todos os presentes, toda a população de Fiães, na pessoa do Sr. Presidente de Junta. Disse que estavam numa Freguesia, com uma história muito rica, como património também rico e sobretudo representado pelo Mosteiro de Fiães, que pela importância que teve em tempos, tornava Fiães no centro, um enorme centro religioso, constando-se que o Mosteiro era efetivamente o mais rico de Espanha,

ou das Espanhas, melhor dizendo, também dizer que o abade de Fiães era a pessoa mais importante depois do Rei. Isto para dizer que temos um património vastíssimo e que importante olhar para ele com o esplendor que tem e que teve para o destino coletivo e perceber que há ações no sentido da recuperação desse património.

De seguida o Vereador referiu-se a escassez de água, afirmando que sem dúvida era importante a prevenção e sensibilização da população para possíveis ruturas, mas também o Município deve ter um papel importante, pelo que questionou o que se encontrava o Município a fazer nesse sentido. Referiu-se ainda a uma notícia publicada sobre o ranking das escolas, assuntos que foi abordado na reunião passada, esta informação é relativa aos rankings das escolas tendo por base os exames realizados no 12º ano, sendo que neste caso, Melgaço não detém um resultado muito abonatório, estando na posição de 447 entre 640 escolas. Este resultado pode levar a pensar que o ensino que se ministra em Melgaço não tem a qualidade desejada. Afirmou que é importante olhar com cuidado para este resultado, a Câmara tem, neste momento com a transferência de competências, intervenção no Agrupamento de Escolas, pelo que deve validar aquilo que é o projeto educativo da escola, de forma a melhorar a sua posição. E sobretudo porque é importante que olhemos para a escola com a virtude que ela efetivamente tem, é efetivamente um instrumento de mobilidade social é um instrumento que pode combater algum determinismo social. Portanto, a escola permite que efetivamente os filhos possam melhorar as situações da família. Por último, questionou aos três membros do órgão executivo com lugar no Conselho de educação quais as ações ou medidas tomadas para melhorar a situação.

Por último disse querer dar nota sobre a questão dos incêndios, afirmou que detinha conhecimento que só houve dois focos de incêndio, em Castro Laboreiro, no lugar da Portela. Apesar de apenas terem ocorrido estas duas situações, há algo que preocupa e que é mais profundo que responder aos incêndios, mas a capacidade de prevenir. Sempre que é abordada esta temática surge o Ministro da Administração Interna, como responsável da Proteção Civil, esquecendo aqueles que deveriam atuar preventivamente, seja o Ministro da Agricultura seja o Ministro responsável das florestas. Pois fica sempre a questão, o que é feito ao nível florestal para prevenir incêndios? Por outro lado, há outra questão preocupante que já foi abordada em reunião de Executivo, relativa à limpeza das bermas e valetas, estamos em final de julho, continuam por limpar, o que também pode contribuir para a propagação de incêndios. Este comportamento, também dá um sinal contrário aos particulares, pois quando se lhes solicita que limpem os seus terrenos para prevenir incêndios o poder público deve dar o exemplo. Apesar de perceber as questões de gestão financeira é importante antecipar o momento da limpeza.

Interveio a Vereadora Sónia Trancoso, cumprimentou os presentes, bem como os que acompanham a reunião por via digital, e pronunciou-se também, sobre a problemática dos incêndios. Disse ter acompanhado uma reportagem transmitida no canal televisivo RTP, no qual foi apresentado o projeto “Aldeia segura, pessoas seguras”. O Presidente da Autoridade Nacional da Proteção Civil, afirmou que alguns Autarcas não acreditam no programa, ou então tem estratégias próprias e também fiquei surpreendida por ver que Melgaço foi um dos concelhos que não aderiu a implementação deste programa. O objetivo do programa é preparar a população exatamente para saber como reagir em caso de incêndios ou em caso de catástrofe. E a questão que se coloca é exatamente o porquê de nós não termos implementado este programa para sensibilizar os nossos munícipes.



Questionou ainda, sobre qual o procedimento necessário para um particular fazer um poço que é uma maneira também de prevenir, ou de ajudar em caso de incêndio.

Referiu-se por último, a animação turística desenvolvida em Melgaço. Afirmou ter estado de férias em Ancião, onde esteve instalada num complexo, em que uma das atividades era a caça ao tesouro, o que permitia aos visitantes conhecerem melhor a história da região. Uma atividade simples que poderia ser implementada no nosso concelho.

Não havendo mais intervenções por parte dos Vereadores o Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas. Começou por responder ao Vereador José Rodrigo sobre a visita do Presidente da ANACOM que mostrou que se encontra atento ao território e procura ter pro-atividade, pelo que fizeram um estudo prévio da cobertura do Município, trazendo uma noção exata. O Presidente da ANACOM tem consciência de que existem muitas zonas brancas. Para resolver isso, e que já é de conhecimento público o Governo lançará, durante este ano, um concurso internacional que permitirá fazer com que todos os espaços, tal como tem sido referido, quer pela tutela quer pelo Senhor Presidente República, cada uma das casas do nosso território, cada ponto do território nacional possua cobertura com fibra. É fundamental do ponto de vista da segurança, do ponto de vista do conforto, do ponto de vista da informação, é um direito de todos os cidadãos. O Município também tem feito esforços e articulado com as entidades que trabalham nesta matéria para resolver esta situação, já foi feita uma grande parte do território e estará para arrancar estes dias a obra que levará a fibra aos Ribeiros. Ainda este ano a obra estará concluída, primeiro a fibra, que depois permitirá a utilização das comunicações fixas, como televisão, Internet e ainda através da colocação de spots, as comunicações móveis. O Presidente acrescentou que esta problemática não é apenas de Melgaço, até porque qualquer melgacense num percurso até Valença percebe que ao longo da estrada nacional são diversos os locais onde há falhas de rede. Trata-se de uma questão transversal a todo o território, que tem que ser resolvida e quando falam de 5G, na verdade nós temos é que forçosamente exigir que o 4G esteja em plenitude no território, se o 5 G, nos pode dar velocidades estonteantes para a informação, enfim, nós podemos bem viver sem o Ferrari, não podemos viver sem um veículo que nos transporta.

Relativamente à importância história de Fiães, esta é inegável, em especial a grandiosidade da sua igreja cisterciense, extraordinária do ponto de vista arquitetónico. Felizmente a tutela teve cuidado de intervir e conservar esse monumento, não significa que, neste momento não necessitasse de algumas intervenções. É claro que temos de estar sempre atentos, a manutenção é importante, a Junta de Freguesia tem aqui também uma atenção redobrada com este património, fazendo a manutenção dos espaços exteriores, criando condições para que o Convento seja fruído, quer por quem o visita, quer pelas gentes da terra.

Quando a questão das roturas de água, é necessário alertar as populações e sensibilizar para um consumo consciente, é uma problemática transversal aos vários Municípios e para a qual os serviços deste Município tem vindo a alertar. Neste momento, há equipamentos de abastecimento que estão com um nível de água que, que habitualmente só é verificado em finais de agosto, princípios de setembro. Desta forma, torna-se essencial que a população tenha essa consciência, pelo que será feita uma campanha de sensibilização por comunicação escrita em casa de cada um, a alertar para esta necessidade e para as formas de poupança. Por exemplo, neste período são muitos os municípios que utilizam a água da rede para encher piscinas, esse ato tem

um efeito devastador nos depósitos de água, pelo que há outras formas de o fazer, como requisitar aos Bombeiros que encham as piscinas, sem esvaziar a água da rede, sempre e quando não se encontrem no combate a incêndios, os Bombeiros desenvolvem esta tarefa de levar a casa das pessoas uma cisterna de água. Também já foi feita uma conversa com os Presidente de Junta que são quem em primeira mão lida com estas dificuldades e também eles têm, junta da população feito sensibilização e alertas sobre um consumo comedido. Outro trabalho importante, contudo, chato é reduzir as perdas de água, através de intervenções como a que se está a fazer na Vila, que constitui constrangimentos em termos de trânsito, mas que irá permitir reduzir perdas de águas.

O Presidente respondeu também à questão colocada pelo Vereador Manuel Fernandes relativamente aos rankings das Escola, os quais são muito subjetivos, pois ainda na reunião passada era feita referência a um que qualificava muito bem o ensino da nossa Escola. Este ranking em concreto foi feito tendo em conta os exames nacionais dos alunos do décimo ano, em que a média do Alto Minho é 11.99 e a do Município 11.16, não é uma grande diferença nem me parece que deva ser dramatizada essa informação. Mas também importa salientar que para além deste ranking também saíram os resultados dos exames do décimo primeiro e décimo segundo, realizados este ano, e aí os resultados são diferentes, por exemplo no décimo primeiro a físico química, a nossa escola atingiu uma média de 12.3, contra uma média nacional de 11.7. A biologia, também décimo primeiro ano os resultados são acima da média nacional. Por último, a matemática, décimo segundo ano, a média da nossa escola é de 14.7, contra uma média nacional de 11.9, portanto se eventualmente no décimo ano os resultados não tenham sido os esperados, nos restantes anos a Escola fez um brilharete, pelo que não podemos assumir à partida, com base em apenas dados relativos a um ano de escolaridade, que o ensino da nossa Escola não é adequado. O Município de Melgaço sempre teve uma preocupação acrescida pela educação, e continua a ter, ainda neste momento se estão a fazer intervenções no Centro Escolar de Pomares e não há muito tempo que foram feitas no da Vila. Do ponto de vista do programa escolar também é feito esse contributo, através da disponibilização de diversas ferramentas que possam enriquecer a atividade curricular dos alunos.

Temática dos incêndios, felizmente até agora não se tem verificado situações graves, contudo depende de todos evitar a deflagração de incêndios. Mas muito tem sido o trabalho de prevenção, em especial o efetuado pelas CNAFs na Zona do Parque Nacional Peneda Gerês, acautelando a limpeza dos espaços e das vias transitadas e florestais. Também os sapadores do Município e as restantes equipas de sapadores do Município tem feito um trabalho importante cumprindo os objetivos propostos. Quanto à tutela, é injusto dizer que nada é feito, pois as equipas de sapadores são apoiadas por esta, claro que é sempre desejável mais. Relativamente as bermas e valetas, estamos a trabalhar, já foi dito aos Sr. Vereadores, numa das últimas reuniões, já se começou esse trabalho, dar nota que a estrada S. Gregório, Vila, Chaviães já foi sujeita a limpeza, porventura ainda não foi retirada toda a vegetação seca que foi acumulada, toda a estrada nacional também tem as suas bermas limpas. Neste momento, está a ser feita a limpeza da estrada para Castro Laboreiro.

A Vereadora Sónia faz aqui também referencia a questão da “Aldeia segura, pessoas seguras”, o município agarrou nessa medida, com um grande trabalho que foi feito pelo CLDS. Esse trabalho foi muito bem feito, pelo CLDS, que têm dado nota de uma capacidade enorme de fazer as coisas, com muita qualidade, com muito empreendedorismo e até com inovação. Também os Presidentes

de Junta estão absolutamente a elucidados do que terá de ser feito, no caso de haver uma situação de catástrofe, esperemos que não aconteça, mas acho que as coisas estão bastante acauteladas.

Quanto ao licenciamento de furos é necessário fazer o pedido à APA com parecer da Câmara.

A questão da programação turística, ainda há poucas semanas me foi enviada informação sobre o comportamento do turismo no município entre 2020, 2021 e 2022, comparativamente com 2019, e sem desdenhar do exemplo prestado pela Vereadora Sónia, pois qualquer iniciativa, em qualquer ponto do país, pode ser positiva e eventualmente implementada no território, devo informar que os números apresentados são extraordinários. Em 2021, Melgaço, obteve 35000 dormidas e 20000 hóspedes, um valor similar ao registado em 2017. Face ao ano de 2020, corresponde a um aumento de 31% nas dormidas e 37% no número de hóspedes. Melgaço foi o município do Parque Nacional que mais cresceu no número de hóspedes e de dormidas entre os anos de 2020 e 2021. Melgaço registou em 2021 um equivalente a 80% das dormidas de 2019 ou seja, nós em plena pandemia, conseguimos quase igualar os números de 2019. Foi o segundo município da CIM Alto Minho que mais se aproximou dos resultados pré pandemia. Estamos aqui a fazer um excelente percurso.

Solicitou a palavra o Vereador Manuel Fernandes para questionar o Presidente da Câmara sobre as obras que estão a ser realizadas Vila, sobretudo no Santo Cristo e Loja Nova, onde há muita poeira e, portanto, manifestar a preocupação com a realização da obra e aquilo que vai acontecer durante o mês de agosto. Sugeriu para atenuar as poeiras de vez em quando deitar água com uma cisterna.

O Presidente respondeu que a previsão é que até final do mês esse troço esteja resolvido evitando constrangimento durante o mês de agosto, quanto a deitar água, por mais que a poeira incomode estamos num momento em que privilegiamos a poupança de água.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

273. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n.º 7 de 23-03-2022 e Ata n.º 14 de 06-07-2022.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº7 de 23.03.2022 e a Ata nº.14. de 06.07.2022, não tendo participado na votação da Ata nº.14, a vereadora do PPD/PSD, Sónia Maria Esteves Trancoso, por alteração de presenças.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

274. Justificação de faltas.

Neste ponto apresentou justificação de falta à reunião nº.14 de 06.07.2022, a vereadora do PPD/PSD, Sónia Maria Esteves Trancoso, por motivos de férias.

O Executivo deliberou por unanimidade, aprovar a justificação de falta apresentada.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

275. Presente requerimento em nome de Maria Rosa Esteves - Cabeça de Casal da Herança, a solicitar a emissão de certidão de compropriedade e aumento de compartes relativo aos prédios inscritos na matriz predial rústica sob os artigos n.º 6148 e n.º12956, da União de Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, que ficará anexo a esta ata. O Técnico Superior prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º7205 de 13-07-2022 e para efeitos do disposto no n.º1 do artigo 54.º da Lei n.º91/1995, de 02.09, alterada pela Lei n.º64/2003, de 23 de agosto, a aprovação de certidão de compropriedade e aumento de compartes, relativo aos prédios inscritos na matriz predial rústica sob o n.º6148 e n.º.12956, da União de Castro Laboreiro e lamas de Mouro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

276. Presente requerimento em nome de Rosa de Lourdes Caldas Meleiro, na qualidade de cabeça de Casal da herança aberta por óbito de seu marido António Augusto Meleiro, a solicitar a emissão de certidão de prédios em ruínas, inscritos provisoriamente sob os números P6566 e P6567 da União de Freguesias de Vila e Roussas, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º6943 de 04-07-2022 e âmbito da competência e para efeitos previstos no n.º.5 do artigo 46º do CIMI, aprovar a emissão de certidão de prédio em ruínas.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

277. Presente para efeitos de ratificação a aprovação do requerimento da Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Marinha de Roussas, a solicitar autorização de corte de trânsito em alguns arruamentos de acesso a veículos para a realização de um baile no âmbito da Festa de Santa Marinha em Roussas, nos dias 17 ,18 de julho de 2022 e 11 e 12 de agosto de 2022, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º6945 de 04-07-2022 e no uso da competência do n.º3 do artigo 35º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, ratificar a aprovação do corte de trânsito para a realização de Baile no âmbito da Festa de Santa Marinha, Roussas, nos dias 17 e 18 de Julho e 11 e 12 de Agosto de 2022.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

278. Presente requerimento em nome de Fábrica da Igreja Paroquial de São Lourenço de Prado, a solicitar autorização para o corte de trânsito a veículos, próximo da Igreja Paroquial de Prado, localizada no Largo da Igreja da União de Freguesias de Prado e Remoães, Melgaço, nos dias 9, 10 e 11 de agosto de 2022, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº7236 de 14-07-2022 e nos termos do nº1 do artigo 15º do Regulamento Municipal de Trânsito, a aprovação do corte de trânsito para a realização das festividades em honra de S. Lourenço, nos dias 9,10 e 11 de Agosto de 2022.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

279. Presente requerimento em nome Augusto Francisco Pires, representante legal da empresa CURA AQUAE - Termas de Melgaço E.M., a solicitar a isenção de pagamento de taxas de apreciação e edificação relativamente à operação urbanística com o Processo n.º01/2022/56/0, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º7280 de 15-07-2022 e no uso das competências do n.º4 do artigo 5.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, a aprovação de isenção de taxas municipais, no seguimento do processo de edificação relativamente à operação urbanística Processo nº.01/2022/56/0.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

280. Presente ofício em nome da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, a solicitar a isenção de pagamento de taxas relativas à operação urbanística com o Processo n.º05/2022/22/0, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º7283 de 15-07-2022 e no uso das competências no n.º4 do artigo 5.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, a aprovação de isenção de taxas municipais, no seguimento da operação urbanística Processo nº.05/2022/22/0.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

281. Presente para efeitos de aprovação o período de discussão pública do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Peso, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º7309 de 15-07-2022 e no uso da competência conferida pela alínea a) do nº.1 do artigo 33º. do anexo I à Lei nº.7572013, de 12 de Setembro, na sua actual redação, conjugada com a competência estabelecida no nº.1 e no nº.7 do artigo 89º. Do RJIGT. aprovar o seguinte:

a. Submeter a discussão pública o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Peso, pelo período de 20 dias seguidos, contados a partir do 5º. dia seguinte ao da publicação no Diário da República;

b. Proceder à publicitação de deliberação no Diário da República e à divulgação na comunicação social, plataforma colaborativa de gestão do território, sítio da internet do Município de Melgaço e por edital a afixar nos sítios do costume (incluindo junta de freguesia do lugar da pretensão) e no lugar da pretensão, nos termos da minuta.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

282. Presente para efeitos de aprovação o período de discussão pública do Plano de Urbanização das Carvalhiças, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7310 de 15-07-2022 e no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º.1 do artigo 33 do anexo I à Lei n.º.7572013, de 12 de Setembro, na sua actual redacção, conjugada com a competência estabelecida no n.º.1 e no n.º.7 do artigo 89.º. Do RJGT. aprovar o seguinte:

a. Submeter a discussão pública o Plano de Urbanização das Carvalhiças, pelo período de 20 dias seguidos, contados a partir do 5.º. dia seguinte ao da publicação no Diário da República;

b. Proceder à publicitação de deliberação no Diário da República e à divulgação na comunicação social, plataforma colaborativa de gestão do território, sítio da internet do Município de Melgaço e por edital a afixar nos sítios do costume (incluindo junta de freguesia do lugar da pretensão) e no lugar da pretensão, nos termos da minuta.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

283. Presente para efeitos de aprovação o início de procedimento de elaboração do Regulamento da Concessão de Apoios no Domínio da Ação Social do Município de Melgaço, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7110 de 12-07-2022 e no uso da competência conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redacção actual, por unanimidade aprovar e posteriormente submeter à Assembleia Municipal o seguinte:

1. Dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento da Concessão de Apoios no Domínio da Ação Social do Município de Melgaço;

2. Que a constituição como interessado e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento se processe através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, por meio de correio eletrónico: geral@cm-melgaco.pt, correio postal ou entregue, em mão, no Balcão Único da Câmara Municipal, Largo Hermenegildo Solheiro, 4960-551 Melgaço, a apresentar no prazo máximo de 20 dias úteis.

3. Que se proceda à publicitação, no sítio da internet do Município de Melgaço, do início do procedimento, conforme anexo.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

284. Presente para efeitos de aprovação o início de procedimento de elaboração do Regulamento da Concessão de Apoios no Domínio de Habitação do Município de Melgaço, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 7109 de 12-07-2022 e no uso das competências conferidas, pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redacção actual, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal o Regulamento da Concessão de Apoios no Domínio da Habitação do Município de Melgaço.

1. Dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento da Concessão de Apoios no Domínio da Habitação do Município de Melgaço;

2. Que a constituição como interessado e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento se processe através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, por meio de correio eletrónico: geral@cm-melgaco.pt, correio postal ou entregue, em mão, no Balcão Único da Câmara Municipal, Largo Hermenegildo Solheiro, 4960-551 Melgaço, a apresentar no prazo máximo de 20 dias úteis.

3. Que se proceda à publicitação, no sítio da internet do Município de Melgaço, do início do procedimento, conforme anexo.

Esta deliberação foi aprovada em minuta

Presidência

285. Presente para efeitos de aprovação a proposta do Presidente da Câmara de nomeação dos representantes na Comissão Municipal de Toponímia, que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por maioria com a abstenção dos vereadores do PPD/PSD: José Augusto Passos Rodrigo; Manuel Fernandes Ramos dos Santos e Sónia Maria Esteves Trancoso, aprovar a designação dos membros da Comissão Municipal de Toponímia, nos termos do disposto no nº.1 do artigo 6º. Do Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia, passando a Comissão a ter a seguinte composição:

Um representante da Assembleia Municipal – António José Gomes Nabeiro;

Um representante da Câmara Municipal – José Adriano Lima;

Um representante da Divisão de Planeamento e Gestão do Território – Rui Ribeiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.


III- Período de Intervenção do Público

Não foram solicitadas intervenções por parte do público presente.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16:04 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Sónia G. Domingues Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal


Manoel Batista Calçada Pombal

